



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 2/2026

Data da Sessão Ordinária

30 de abril de 2026

Início

20:30 horas

Termo

23:25 horas



Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo trinta e sete, de dezassete de abril de dois mil e vinte e seis. -----

Após apresentar os respetivos cumprimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária da Mesa para proceder à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Pedro Manuel Dias Domingos, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Rui Manuel Ferreira, Ana Paula Marques Basílio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa, Pedro Miguel Pedro Caxias, Ângela Sofia Alves Grilo, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral e Gabriela Alexandra Peixinho Duarte. -----

Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo, Santa Margarida da Coutada, Ana Luísa Cartaxo Manique, Montalvo e Paulo Gameiro Sena Freitas, Constância. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, Pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e José Fernando Guedes Marques. -----

Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários; - Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Francisco Marques, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, funcionários da Autarquia. ---

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos, foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeiro Secretário - Ana Paula Marques Basílio; Segundo Secretário - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. --

Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia vinte e sete de fevereiro e o dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis. Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à análise e discussão da Ata número um, de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis,

questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Continuando no Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs às diferentes Bancadas, um Voto de Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira Município, Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo, no momento em que iria deixar o Município de Constância, para abraçar outros desafios noutra Município. -----

Colocado o Voto de Reconhecimento a votação para aceitação e discussão, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Durante a discussão, tanto o Senhor Presidente da Câmara Municipal como as três Bancadas, intervieram, tecendo os mais rasgados elogios ao trabalho desenvolvido no Município, pela Senhora Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo. Colocado o Voto de Reconhecimento a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, ficando a constituir (ANEXO I) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada também pretendia apresentar um Voto de Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Senhora Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo. Com a devida autorização passou à sua leitura. -----

Colocado o Voto de Agradecimento a votação, para aceitação e discussão, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Passando-se à discussão e não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Reconhecimento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir (ANEXO II) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, para referir que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Saudação aos Antigos Combatentes. Com a devida autorização passou à sua leitura. -----

--Colocado o Voto de Saudação a votação para aceitação e discussão, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Não havendo intervenções durante a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir (ANEXO III) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que pretendia neste período Antes da Ordem do Dia, prestar dois esclarecimentos; o primeiro, dizia respeito à saída da Senhora Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo, mencionada nos Votos de Reconhecimento anteriores, referindo, que a sua saída estava prevista para o dia dezoito de maio próximo, sendo designado em regime de substituição, o Técnico Superior



funcionário da Câmara Municipal, Senhor Nuno Ruivo, que assumiria provisoriamente a Divisão Administrativa e Financeira. Seria lançado um concurso público para preenchimento do lugar. O segundo esclarecimento, dizia respeito à visita, no dia vinte e nove de abril, do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, ao Concelho de Constância e Vila Nova da Barquinha. Em jeito de resumo, referiu, que os dois Presidentes de Câmara, acompanhados pelos; Brigadeiro General Comandante da Brigada Mecanizada, em representação do General Chefe de Estado Maior do Exército; Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana; Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil do Médio Tejo e, o Diretor Industrial da CAIMA, Indústria de Celulose, S.A. e demais entidades convidadas, tinham feito a receção ao Senhor Ministro. Tinham iniciado a visita com uma apresentação no Salão Nobre dos Paços do Município, justificativa da pretensão da construção de uma nova travessia sobre o Rio Tejo, entre a Estação Ferroviária de Santa Margarida e Constância Sul, que, no entendimento de todos, seria a localização que melhor serviria a região e o País. Feita a apresentação, seguiu-se uma visita à Ponte Ferro/Rodoviária na Praia do Ribatejo. Na intervenção do Senhor Ministro, tinha sobressaído a sua satisfação/sensibilização pela clareza da apresentação do assunto, garantindo a inclusão de uma equipa de interlocutores a indicar pelos dois Municípios, para integrarem uma futura comissão de trabalho, na discussão e acompanhamento do Projeto do IC9 (Itinerário Complementar 9). Solicitou igualmente, o envio dos documentos que tinham servido de base à apresentação/argumentação para a localização da Ponte. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as diferentes Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Recomendação ao executivo, relacionada com "Programa Municipal de Ocupação Jovem, dos quinze aos dezassete anos". -----

Com a devida autorização passou à sua leitura. -----

Não havendo intervenções, o documento fica a constituir (ANEXO IV) desta Ata e, encaminhado ao executivo Municipal para análise. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que tinha tido conhecimento através do Senhor Vereador João Pedro Costa Amaro Céu, da CDU - Coligação Democrática Unitária, que uma determinada empresa tinha prestado um trabalho no Concelho de Constância, relacionado com o funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR,s) e Estações Elevatórias. Tinha lido o relatório e era seu

H
Rao.

entendimento, que do mesmo deveria ter sido dado conhecimento à Assembleia Municipal. Era um documento muito importante, com reportes de situações que considerava bastante graves. Tratava-se de um trabalho bastante exaustivo, envolvendo dezanove instalações afetadas ao Município (três estações de tratamento de águas residuais e dezasseis estações elevatórias), resultando num Relatório pouco agradável, com classificações muito más, dando para o efeito alguns exemplos. Considerava a situação preocupante, pretendendo ouvir o que é que o Senhor Presidente da Câmara tinha a dizer sobre o assunto. Também questionava, se existiam Relatórios ou reportes anteriores, que mencionassem as anomalias agora detetadas. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por questionar, se algumas das anomalias referidas no Relatório mencionado na intervenção anterior, já tinham sido corrigidas. Também pretendia, saudar a vinda ao Concelho de Constância do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação Miguel Pinto Luz, porque, desde dois mil e quatro, não obstante toda a correspondência trocada com os sucessivos governos, nunca ter havido qualquer resposta reveladora de algum interesse pela situação da Ponte. Por fim, também não poderia deixar de manifestar o seu desagrado, pelo facto de não terem sido incluídos na visita elementos da oposição. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo, que há algum tempo, nesta Assembleia Municipal, tinha sido questionado pela sua Bancada, a pretensa necessidade de contratar uma empresa que pudesse fazer um ponto de situação sobre o funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais e Estações Elevatórias, do Concelho. Até tinha sido na altura, considerado desnecessário aquele procedimento. No entanto, o procedimento tinha sido feito e, no referido Relatório, existiam algumas situações devidamente sinalizadas, cujo desconhecimento era total. Aquela prestação de serviços tinha surgido, porque, no entendimento do executivo, não poderia ser mais protelada, atendendo à gravidade da situação. Quanto às regularizações já efetuadas, os dois eletricitistas da Câmara Municipal já tinham regularizado algumas situações, no entanto, no curto espaço de tempo que trabalhavam na Câmara Municipal, não tinham tido tempo para mais. Sobre Relatórios anteriores de situações detetadas, não existiam. Existiam apenas, reportes pontuais. Logo que teve conhecimento do Relatório da Empresa, tinha dado indicações claras à Senhora Engenheira do Ambiente, para pôr em marcha, conjuntamente



com a empresa, a resolução das anomalias consideradas prioritárias. Quanto à questão do Relatório ser do conhecimento da Assembleia Municipal, enviaria o mesmo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para divulgação a todos os Deputados Municipais. --- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para, no seguimento da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a visita do Senhor Ministro Miguel Pinto Luz, referir que considerava a referida visita bastante importante, tendo em atenção, que tinha tido um efeito imediato, com a promessa dos dois Municípios passarem a integrar com uma equipa de interlocutores, o grupo de trabalho para a localização da travessia do Rio Tejo, na conclusão do IC9 (Itinerário Complementar 9). -----

Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para, ainda no respeitante às anomalias reportadas no Relatório, referir que a manutenção preventiva era menos onerosa que a manutenção curativa, sendo de primordial importância, as permanentes vistorias a equipamentos, acompanhadas dos respetivos relatórios periódicos. -----

Não havendo mais assuntos para este período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura da Convocatória e respetiva Ordem de Trabalhos. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de prestação de contas e de inventário relativos ao exercício de 2025 – Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de aplicação do resultado líquido do período de 2025 – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração orçamental modificativa nº 3/2026 – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2026 – 2ª Alteração – Para deliberação; -----
6. Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada – Pedido de apoio para remodelação das coberturas das casas de banho da Aldeia, Portela, Malpique e Vale de Mestre – Para deliberação; -----
7. Análise do relatório de execução do Contrato-Programa 2025, celebrado entre a Associação Centro de Ciência Viva de Constância e a Câmara Municipal – Para conhecimento; -----



8. Análise do relatório de execução do Contrato-Programa 2025, celebrado entre a Associação Casa-Memória de Camões em Constância – Para conhecimento; -----
9. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de avaliação 2025 – Para conhecimento; -
10. Designação de um novo elemento pela Assembleia Municipal de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância; -----
11. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
12. Outros assuntos de interesse. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se alguém pretendia intervir. -----

Solicitou a palavra o Senhor Luís Gonçalves, residente na Freguesia de Constância, cujos assuntos diziam respeito: - Estacionamento na Vila de Constância e Plano de Salvaguarda. Intervenção que, por ter sido entregue por escrito, se dispensa a sua transcrição, ficando a constituir (ANEXO V) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à questão do estacionamento na zona baixa da Vila, referindo, ter tomado boa nota do assunto e da sugestão apresentada. Quanto ao Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico da Vila, referiu, que a Câmara Municipal não podia estar permanentemente a propor alterações às normas e regulamentos, porque, qualquer proposta de alteração ao atual Plano de Pormenor do Centro Histórico, obrigaria a mexer no PDM (Plano Diretor Municipal) e, para se mexer neste último, seria um processo bastante moroso. Estava ciente dos constrangimentos atuais naquela zona, reconhecendo que o Plano de Pormenor estava desatualizado, e por aquele facto, já tinha iniciado contactos com os técnicos da Câmara Municipal com responsabilidades naquela área, no sentido de se avançar com o processo para a um novo Plano de Pormenor, que desse resposta aos tempos atuais, embora, obedecendo sempre a um conjunto de regras já existentes, para não desvirtuar o Centro Histórico. Eram processos muito morosos como já tinha referido, sendo necessário ouvir diversas entidades, nunca ficando concluído, a correr tudo bem, em menos de quatro, cinco anos. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



PONTO 2 – ANÁLISE DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE INVENTÁRIO, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2025 – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que sendo o documento bastante longo, pretendia apenas deixar algumas notas que considerava fundamentais: - As taxas de execução, quer da receita, quer da despesa e até das GOP (Grandes Opções do Plano), eram consideradas satisfatórias, tendo existido um conjunto de investimentos importantes que tinham contribuído para a qualidade de vida dos Munícipes, mesmo tendo em linha de conta as dificuldades verificadas na área da habitação a custos acessíveis, assim como, os atrasos sucessivos na Loja do Cidadão. Os equilíbrios orçamentais tinham sido mantidos, com um resultado líquido no exercício, positivo em sessenta e quatro mil euros. Tendo em atenção a estrutura de custos fixos do Município, aliados ao património, considerava o resultado obtido como uma exceção. Era uma prestação de contas demonstrativa de uma boa capacidade de arrecadação de receitas, nunca atingida anteriormente, dando como exemplos; o Imposto Municipal sobre transações onerosas e derrama, com valores bastante significativos, demonstrativos da dinâmica, quer económica, quer na transação de imóveis no Concelho. Embora muitas coisas pudessem ser feitas de forma diferente, considerava os resultados bastante positivos. Garantidamente, os melhores dos últimos oito anos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam colocar alguma questão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por questionar uma verba de sessenta mil oitocentos e quarenta e cinco euros, para a CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), destinada à gestão integrada da Proteção Civil e Florestas. Pretendia saber, se aquela verba estava relacionada com a equipa de sapadores florestais. Também pretendia saber mais, sobre uma transferência destinada à Capela de Santo António, no valor de vinte e quatro mil euros, estando ainda registada uma outra verba, no valor de vinte mil euros, destinada à Fábrica da Paróquia. Questionando, se as obras tinham sido realizadas. Também continuava a verificar, que o “celebre” Parque Almourol, ao contrário do que pensava, que o assunto já estaria resolvido, verificava existir no documento uma transferência no valor de vinte e cinco mil euros, com uma referência a quotas, no valor de quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e dois euros. Pretendia saber que quotas eram aquelas. Também via com preocupação, o aumento significativo de horas extraordinárias, contabilizando cerca



de oitenta e três mil euros, quando no ano anterior tinham sido setenta e dois mil. O mesmo se passava com a publicidade, que passava de vinte e três mil euros para trinta e nove mil. Para concluir, referiu que se poderia e deveria ter feito muito mais. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por parabenizar a Divisão Financeira, pela qualidade dos documentos apresentados e fácil leitura. Quanto às contas, eram bastante boas, pese embora, os atrasos verificados nas obras da Loja do Cidadão e da habitação a custos acessíveis, influenciando de forma significativa as percentagens de execução naquelas áreas. Sobre o aumento de horas extraordinárias, ao contrário do que ouvira anteriormente, via o facto como positivo, sendo um sinal claro que tinha sido necessário empenhar trabalhadores fora das horas normais de serviço, em situações como; empréstimos de espaços públicos, transportes e atividades culturais, entre outras, desenvolvidas durante o ano. Na realidade, as horas extraordinárias tinham aumentado, mas por uma boa causa. Não bastava apenas ler os números, era necessário saber o que é que estava por detrás dos mesmos. Também pretendia salientar o aumento da receita de impostos, tendo em conta a fraca capacidade do Município, pela sua dimensão, em gerar receitas próprias. Referiu igualmente, que as receitas obtidas através de transmissões onerosas, sendo naquele ano bastante significativas, eram bastante voláteis, podendo no ano seguinte serem completamente diferentes. Para terminar, pretendia saber, no respeitante às transferências de competências nas áreas da saúde, educação e ação social, se os valores transferidos tinham sido suficientes em cada uma daquelas áreas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária. Relativamente aos sessenta mil oitocentos e quarenta e cinco euros, explicou que tinham a ver com uma verba a transferir para a CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), respeitante a uma viatura oferecida aos Bombeiros Voluntários de Constância. Quanto à Capela de Santo António, a transferência para a Fábrica da Igreja no valor de vinte mil euros, dizia respeito a um apoio aprovado em reunião de Câmara para aquela entidade, no valor de quarenta mil euros e, a pedido da Paróquia, para darem início às obras, tinham adiantado aquele valor. Quanto ao Parque Almourol, os vinte e cinco mil euros, diziam respeito a um valor que tinha sido distribuído entre; Câmara Municipal de Constância, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e Câmara Municipal da Chamusca, para encerramento daquela entidade. Em termos genéricos, tratava-se de uma "imparidade" que se arrastava há alguns anos, sendo a única forma para o seu




encerramento, cada Município contribuir com aquele valor. Sobre as quotizações no valor de quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e dois euros, eram referentes a diversas quotas de diversas entidades, tais como; CIMT, Médio Tejo 21, AMEGA (Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água), Associação de Centros Históricos, A.LOGOS (Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico), nada tendo a ver com o Parque Almourol. Quanto às horas extraordinárias; para haver mais cultura, desporto, transportes escolares e apoio às Associações, era normal que as horas extraordinárias aumentassem, não esquecendo os aumentos salariais a inflacionar o valor das mesmas. Quanto ao aumento dos valores da publicidade; tinham a ver com o Guia das Praias Fluviais, assim como, o apoio que os Municípios do interior estavam a prestar aos órgãos de comunicação local e regional, nomeadamente, nas publicações dos diversos editais, e demais publicidades, evitando assim o seu encerramento. -----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre a suficiência das verbas atribuídas no âmbito da transferência de competências nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde, a situação era a seguinte: - Na Ação Social e na Saúde, as transferências eram positivas, no respeitante à Educação, o saldo era bastante negativo, com um acumulado de cerca de meio milhão de euros, com promessas do Governo Central que a situação seria resolvida, no entanto, até ao momento tudo continuava na mesma. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento, no respeitante às comparticipações comunitárias, existiam dois valores negativos, registados a vermelho. A questão que pretendia colocar, era, se aqueles valores não tinham sido recebidos, o porquê, e se ainda o iriam ser. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, sobre os valores referidos. Tratava-se de projetos comunitários no âmbito do Projeto Caminhos (Cultura em Rede no Médio Tejo), um projeto muito complicado no respeitante à submissão das despesas, não tendo sido consideradas algumas, tanto para o Município de Constância como para outros Municípios do Médio Tejo. Aqueles valores estavam a negativo, por não terem sido recebidos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, começando por referir que não sendo um especialista na análise de prestações de contas, verificava que nos resumos, constava um aumento do passivo em quatrocentos



e sessenta e seis euros, e um acréscimo da dívida, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no valor de um milhão duzentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e quatro euros. Também verificava existir uma verba no valor de cento e seis mil quatrocentos e quarenta e nove euros, para o canil/gatil, questionando a razão de tão avultada verba. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder ao Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA. Começando pelo aumento da dívida, estava relacionada com a contratualização de alguns empréstimos para investimento público, nomeadamente duas obras; na Aldeia de Santa Margarida e na ampliação do cemitério de Constância. Não era uma situação preocupante, uma vez que a margem de utilização eram três milhões, existindo ainda uma capacidade de endividamento bastante considerável, não impeditiva para futuras obras. Quanto à questão das verbas para o canil/gatil, explicou, que nos últimos anos tinha surgido um conjunto de legislação, alterando todas as regras no respeitante ao bem-estar animal. Os Municípios não podiam deixar de cumprir a lei, tendo sido efetuadas um conjunto de obras no canil/gatil, cabendo ao Município de Constância a contribuição de cem mil euros, ao Município do Sardoal, cem mil euros e ao Município de Abrantes, seiscentos mil. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, tendo o ponto sido aprovado por maioria, com seis votos de abstenção (três da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária e três da Bancada do Partido CHEGA) e, restantes doze votos a favor, da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

A Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto, ficando a constituir (ANEXO VI) da presente Ata e dela faz parte integrante. -----

A Bancada do Partido CHEGA, apresentou Declaração de Voto, ficando a constituir (ANEXO VII) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

PONTO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2025 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apenas referiu, que o resultado líquido positivo seria aplicado nos resultados transitados. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE




ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº03/2026 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era certamente do conhecimento de todos, uma vez que o assunto tinha sido amplamente divulgado pela comunicação social, o governo iria proceder ao adiantamento de um conjunto de verbas aos Municípios afetados pela tempestade Kristin e pelas cheias. O Município de Constância tinha sido contemplado com um adiantamento no valor de quinhentos e dezoito mil euros. Valor que não tinha sido inscrito no orçamento. Por aquele facto, teria que ser efetuada aquela alteração modificativa, para incorporação daquela verba. Referiu igualmente, desconhecer os critérios que tinham levado à atribuição daquele valor ao Município de Constância, assim como, a outros Municípios. Os danos reportados pela tempestade Kristin e pela cheia, respeitantes a Constância, tinham sido de um milhão e seiscentos mil euros. No futuro, seriam celebrados contratos de apoio financeiro justificativos das verbas recebidas e de outras que viessem a ser atribuídas. -----

Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação deste ponto, sendo o aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2026 – 2ª ALTERAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava apenas da identificação no Mapa de Pessoal dos trabalhadores que tinham direito a receber o subsídio de penosidade e insalubridade, não havendo mais nenhuma alteração. Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA – PEDIDO DE APOIO PARA REMODELAÇÃO DAS COBERTURAS DAS CASAS DE BANHO DA ALDEIA, PORTELA, MALPIQUE E VALE DE MESTRE – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um apoio, solicitado pela Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, com a finalidade de executar obras nas casas de banho públicas da Aldeia, Portela, Malpique e Vale de Mestre, uma vez que as telhas existentes se estavam a desfazer,



apresentando nalguns casos, bastantes infiltrações. Como a Junta de Freguesia não tinha capacidade financeira para executar as obras, a Câmara Municipal tinha decidido apoiar aquele financiamento, uma vez que se tratava de propriedades municipais. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que, para aquelas obras, lhes era apresentado apenas um orçamento. Pretendia saber, se a Junta de Freguesia tinha mais orçamentos, ou, se era apenas aquele. Também pretendia saber da razão do apoio da Câmara Municipal na totalidade do orçamento, no valor de dez mil e quatrocentos euros, mais IVA. Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que aquela verba, tinha sido a solicitada pela Junta de Freguesia, mediante aquele orçamento. Para além de se tratar de um ajuste direto, a política seguida naqueles casos, era, terem sempre em atenção as empresas locais, o que tinha acontecido. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Bancada do Partido CHEGA apresentou Declaração de Voto. Fica a constituir (ANEXO VIII) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

A Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto. Fica a constituir (ANEXO IX) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

PONTO 7 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA 2025, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA E A CÂMARA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir, que se tratava de um Relatório a elaborar todos os anos, justificativo das verbas atribuídas através do contrato-programa, celebrado entre o Município e aquela Associação. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por referir, que raras vezes aquele Relatório era levado à Assembleia Municipal em tempo oportuno. Congratulava-se pelo facto de aquela apresentação atempada ter sido uma exceção. -----

Não havendo mais questões e sendo o ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 8 – ANÁLISE DO CONTRATO-PROGRAMA 2025 CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o processo era idêntico ao do ponto anterior, sendo a explicação a mesma. -----

Não havendo questões e sendo o ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2025 – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia fazer alguma intervenção sobre este ponto. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquele relatório era uma exigência legal, com um conjunto de garantias e direitos assegurados à oposição, naquilo que era o seu trabalho de escrutínio e solicitação de esclarecimentos ao executivo. Não havendo questões, e sendo o ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 10 – DESIGNAÇÃO DE UM NOVO ELEMENTO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE UM CIDADÃO ELEITOR, PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CONSTÂNCIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que tinha recebido do Senhor Presidente da CPCJ de Constância, o e-mail que se transcreve: - “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância, -----

No âmbito da representação dos cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal de Constância, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância, com base na alínea I) do ponto 1 do artigo 17º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), informo que o elemento Maria do Rosário Costa Martins terminou o seu mandato a 28/02/2026. -----

-Tendo em conta, que este foi o segundo mandato da Comissária, e uma vez que a legislação prevê a possibilidade de um terceiro mandato, com base no nº 1 do artigo 26º da LPCJP, solicitamos a V. Exª. a indicação da continuidade da Comissária Maria do Rosário Costa Martins, ou, a designação de um novo elemento. -----

Atenciosamente, -----

O Presidente da CPCJ de Constância -----

Valter Caldeira”-----

Neste sentido, dando cumprimento ao solicitado, questionou as diferentes Bancadas para se pronunciarem. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por referir que, estando a Senhora Maria do Rosário Costa Martins, disponível para fazer mais um mandato de três anos, pela competência que lhe era reconhecida, sugeria uma votação no sentido da sua continuidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para referir que, como era espetável, tinha contactado antecipadamente a Senhora Maria do Rosário da Costa Martins, sobre a sua disponibilidade para continuar na função, tendo-lhe sido respondido total disponibilidade. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que sendo possível a continuidade da Senhora Maria do Rosário Costa Martins, na CPCJ e, estando esta disponível para continuar, a sua Bancada não tinha qualquer dúvida em propor a sua continuidade. Aproveitou o momento para fazer uma breve resenha histórica do exemplar currículo da Senhora Maria do Rosário Costa Martins. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, referindo desconhecer o trabalho desenvolvido pela Senhora proposta. Também não tinha nenhum nome para apresentar, respeitando o preconizado pelas outras Bancadas. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para referir que; perante a auscultação às diferentes Bancadas e, tendo em atenção o preconizado pela maioria (CDU e PS), e a não obstaculização da Bancada do Partido CHEGA, colocava o nome da Senhora Maria do Rosário Costa Martins, a votação por voto secreto, pela sua continuidade por mais três anos na CPCJ de Constância. -----

Feita a votação e analisados os votos, verificaram-se os seguintes resultados: Votos SIM – 17 (Dezassete), Votos NÃO – 0 (Zero) e votos Brancos – 1 (Um). -----

Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ficou de informar o Senhor Presidente da CPCJ – Constância, que a Senhora Maria do Rosário Costa Martins, tinha sido designada pela Assembleia Municipal de Constância, para continuar por mais três anos como comissária naquela instituição. -----

PONTO 11 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que na informação em análise, constava uma reunião



com uma empresa na Zona Industrial de Montalvo. Pretendia saber, se era alguma nova instalação. Também pretendia saber, qual o ponto de situação relativamente à reversão dos lotes adquiridos naquela Zona Industrial, cujos adquirentes não tinham cumprido com os contratos. Sobre a Caixa Geral de Depósitos e à sua transferência para o Espaço do Cidadão, questionou qual o ponto de situação. Tinha tido conhecimento de uma deslocação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, conjuntamente com outros Presidentes de Câmara, da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), a Cannes (França), no âmbito de uma visita à feira do imobiliário. Pretendia saber, se a visita estava relacionada com algum investimento no Médio Tejo, em particular no Concelho de Constância. Também verificava na informação, a participação no programa “Conta lá”. Era importante aparecer nas redes sociais, no entanto, tinha tido conhecimento que a Câmara Municipal tinha pago três mil e quinhentos euros, por uma publicidade relacionada com a feira de Natal. Era referido na informação, um contrato com a “Ermidas & Brumas – Associação Cultural”, no valor de onze mil trezentos e cinquenta euros, mais IVA, para produção de espetáculos, não mencionando de quantos espetáculos se tratava. Pretendia saber mais sobre o assunto. Para terminar, pretendia ser esclarecido sobre uma participação ao Seguro, de um acidente de uma viatura, provocado por um buraco na via pública. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da reunião na Zona Industrial de Montalvo, Lote 33 A, referindo não se tratar de nenhum novo investimento, apenas de um problema judicial, cujos contornos não conseguia explicar naquele momento, fazendo-os chegar posteriormente. Quanto ao processo de reversão dos Lotes, algumas pessoas já tinham sido notificadas através de correio postal, outras não tinha sido possível, sendo a correspondência devolvida. O assunto estava a ser estudado juridicamente. Sobre a Caixa Geral de Depósitos, Agência de Constância, a nova máquina que seria no futuro colocada a funcionar no atual Espaço do Cidadão, já se encontrava em funcionamento na atual Agência e, o que lhe tinha sido transmitido pela Gerente, era que todas as pessoas que sentissem dificuldades e necessitassem de apoio na sua utilização, esse apoio seria sempre prestado, estando até ao momento a correr bastante bem. Sobre a viagem a Cannes, França, o objetivo era publicitar o território. Eram ações que por norma não produziam efeitos imediatos, no entanto, contavam que no futuro pudessem surgir investimentos estrangeiros no território. Sobre a publicidade do mercado de Natal no programa “Conta Lá”, a Câmara Municipal tinha ficado com o vídeo sobre o tema, com inúmeras visualizações, promovendo o Concelho naquela e noutras vertentes. Sobre a Associação “Ermidas & Brumas -

Associação Cultural”, tratava-se de um contrato com aquela Associação para dinamização de um conjunto de espetáculos de Teatro e outras atividades culturais, à semelhança do que já tinha acontecido com outras Associações do Concelho, dando para o efeito alguns exemplos. Quanto à participação ao Seguro de um acidente com uma viatura, provocado por um buraco na via pública, não tinha em mente a questão, no entanto, faria chegar posteriormente a resposta. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao Ponto seguinte e último da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 12 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que tinha tido conhecimento de uma reunião do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o Senhor Ministro e Secretário de Estado da Cultura. Pretendia saber, se tinha havido algum desenvolvimento no respeitante à Igreja Matriz, assim como, à Casa-Memória de Camões. Também era do seu conhecimento, que o problema no ar-condicionado no Centro Escolar de Montalvo, ainda não tinha sido resolvido. Pretendia saber, qual o ponto de situação, assim como, noutros estabelecimentos de ensino no Concelho. Há cerca de dois anos, um Município tinha trazido à Assembleia Municipal um assunto, que se prendia com dupla iluminação numa Urbanização na Rua da Relvinha, na Freguesia de Montalvo. A situação não tinha sido resolvida, questionando, para quando a sua resolução. Uma outra questão, dizia respeito à concessão do Parque de Campismo de Constância. Considerava aquela exploração/concessão de tal forma deficiente, que nem a conseguia qualificar. Uma autêntica vergonha. Também não via por parte da Câmara Municipal, qualquer ação por aquele deficiente funcionamento, dando para o efeito alguns exemplos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que pretendia entregar à Assembleia Municipal, um “Diagnóstico de Mulheres e Homens em Situação de Vulnerabilidade no Concelho de Constância 2025”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, que deveria entregar o documento na Mesa, para que esta procedesse à sua Distribuição. Seguidamente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU - Coligação Democrática Unitária. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão relacionada com a reunião tida com o Senhor Secretário de Estado da Cultura,




informando que a mesma esteve relacionada com a ampliação do Cemitério de Constância, assim como, sobre o desenvolvimento do processo relacionado com a Casa-Memória de Camões. Quanto ao ar-condicionado no Centro Escolar de Montalvo, como era do conhecimento de todos, a tempestade Kristine tinha provocado uma grande mobilização de meios materiais e humanos para as zonas mais afetadas do País. Dessa forma, algumas reparações, mesmo as consideradas urgentes, tinham sido proteladas, como era o caso da reparação do ar-condicionado do Centro Escolar de Montalvo. Sobre a situação da iluminação pública na Rua da Relvinha, em Montalvo, tinha sido comunicado atempadamente à E-REDES, sendo uma situação da responsabilidade daquela entidade. Aguardavam a resolução do problema. Quanto ao Parque de Campismo de Constância, continuavam a acompanhar a preocupante situação, fazendo alertas permanentes. Se nada melhorasse até ao próximo mês de setembro, a Câmara Municipal tencionava denunciar o contrato existente. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, começando por referir, que tinha sido abordado por um munícipe, bastante descontente com os atrasos verificados nas autorizações de licenciamentos para obras. Naquele caso em concreto, já tinham passado mais de seis meses. Pretendia saber, se aquela situação era verídica. Se sim, qual a razão. Também pretendia ser esclarecido, sobre a veracidade de não ser praticado futebol no Campo Municipal de Montalvo, por aquele espaço não possuir alvará de utilização e, assim sendo, ser vedado aos atletas o acesso ao seguro desportivo. Também pretendia saber, qual o ponto de situação das instalações da Tupperware na freguesia de Montalvo. Abordou mais uma vez, os avultados valores despendidos para o Canil/Gatil intermunicipal de Abrantes, verificando que o Município de Constância tinha gastado quarenta e um mil euros, na aquisição de produtos para animais, para além do valor de cento e vinte mil euros, já referidos anteriormente. Não havia dúvidas que o Município de Constância era muito amigo dos animais. Por fim, pretendia chamar à atenção, para um muro próximo do edifício dos CTT, em aparente derrocada eminente, sugerindo, que a proteção Civil, se ainda não o tivesse feito, deveria avaliar a situação. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às últimas questões apresentadas: - Relativamente aos atrasos nos licenciamentos para obras, mesmo não conhecendo a situação em concreto, por vezes, os requerentes não instruíam devidamente os processos, levando os técnicos à solicitação dos documentos necessários e, todo o processo ficar pendente. No entanto, confirmava que existia um atraso, não na análise, mas sim, na falta de pessoal no atendimento. Lembrou, que das três pessoas no atendimento ao urbanismo, duas delas estavam de baixa, tendo inclusive



sido necessário desviar um funcionário do Espaço do Cidadão para aquele serviço. Mesmo sem estar familiarizado com os processos, numa área bastante complexa, estava a dar o seu melhor na ajuda à única funcionária naquele serviço. Tinha sido pelos motivos referidos, que o serviço tinha sido encerrado ao público durante algum tempo, para não acumular mais processos. Quanto ao Campo de Futebol Municipal, a questão do alvará já tinha sido colocada em reunião de Câmara, tendo sido solicitado aos serviços uma análise da situação, cujo resultado ainda não lhe tinha sido transmitido. Quanto à Tupperware, tinha decorrido e terminado o prazo para apresentação de propostas. Abertas as mesmas, o preço base de licitação era de dez milhões de euros, tendo concorrido apenas um interessado, com um valor de dois milhões e meio de euros. Assim, a comissão de credores não tinha aceiteado aquela proposta, considerando-a muito abaixo do valor base. Em breve, seria lançado um novo procedimento. Quanto ao muro, próximo do edifício dos CTT, a questão também já tinha sido apresentada em reunião de Câmara. Há cerca de três anos, o assunto já tinha merecido a atenção do executivo. Na altura, a situação não tinha sido considerada preocupante. No presente, a Câmara Municipal já tinha solicitado uma nova análise à situação, para que fossem tomadas as medidas tidas por convenientes. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo, para questionar o Senhor Presidente da Câmara se tinha alguma informação sobre a reparação/reposição dos postes de telecomunicações, danificados pela tempestade Kristine, entre Constância Sul e o lugar da Portela, junto ao Cemitério. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, referindo que não eram só aqueles os postes danificados, também na Freguesia de Montalvo e junto à rotunda do barco em Constância, existia o mesmo problema. Contactadas as operadoras, as respostas eram as mesmas; tendo havido uma enorme destruição na zona de Leiria e arredores, a concentração dos meios tinha sido para lá canalizado. Os recursos humanos eram limitados e, logo que tivessem oportunidade avançariam para o Concelho de Constância. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por referir que depois da Assembleia Municipal de fevereiro último, tinha sido tornado público nos órgãos de comunicação social da região, a prorrogação do prazo para entrega da obra da Loja do Cidadão. Pretendia saber, no momento presente, qual o ponto de situação. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, que após aquela prorrogação, tinha havido um notório esforço por parte do empreiteiro, com a colocação de

mais funcionários, no sentido de acelerar os trabalhos. A promessa que tinha, era que o novo prazo seria cumprido. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária da Mesa, para proceder à leitura da Minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

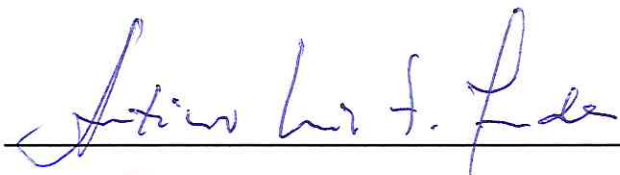
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

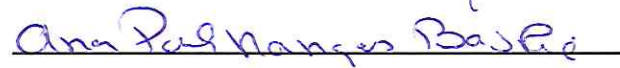
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal e, para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata, a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,







22-
74
H

Assembleia Municipal de Constância

Voto de Reconhecimento

Considerando que a Senhora Doutora Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, termina agora o seu ciclo de funções neste Município para abraçar um novo e exigente desafio profissional noutra autarquia, cumpre a esta Assembleia Municipal manifestar publicamente o seu mais profundo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Ao longo do seu percurso nesta casa, de mais de uma dezena de anos, a Dr^a. Marisa Figueiredo, pautou a sua atuação por um rigor técnico irrepreensível, uma dedicação incansável à causa pública e uma visão estratégica que muito contribuiu para a solidez e transparência das contas do Município.

Mais do que a competência na gestão do erário público, importa destacar as suas qualidades humanas: a integridade, o espírito de colaboração e a liderança inspiradora com que sempre conduziu a sua equipa. A sua saída, embora represente uma perda para este Município, é o reconhecimento natural da sua valia e mérito profissional.

Assim, a Assembleia Municipal de Constância, reunida em sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e vinte e seis, delibera por unanimidade, expressar o seu mais profundo reconhecimento e gratidão pelo contributo prestado, reafirmando o apreço pelo seu percurso e, formulando os maiores votos de sucesso pessoal e profissional no desempenho das suas novas funções.

Deste Voto de reconhecimento deve ser dado público conhecimento e registo no sítio oficial do Município.

Assembleia Municipal de Constância, 30 de abril de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal

António Luís Fernandes Mendes

Assembleia Municipal

Voto de Reconhecimento

A Dra. Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo irá em breve cessar funções de Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira cargo que exerceu durante 12 anos na Câmara Municipal de Constância.

Tendo trabalhado com vários executivos municipais sempre norteou a sua actuação por princípios de defesa da causa pública tendo contribuído de forma decisiva para a reorganização e bom funcionamento dos serviços, demonstrando um elevado sentido de responsabilidade, dedicação e profissionalismo aliado a competências técnicas de planeamento e organização.

A tudo isto soma-se o facto de ter conciliado, com esforço e sentido de responsabilidade as exigências da vida profissional com a vida familiar: mulher e mãe de duas filhas pequenas, enfrentou desafios diários com resiliência e uma capacidade admirável de dar resposta a tudo, muitas vezes com sacrifício pessoal.

O seu compromisso, espírito de equipa e humanismo serão recordados por todos os que tiveram o privilégio de com ela trabalhar.

Desejamos-lhe os maiores sucessos nesta nova etapa bem como a realização pessoal e profissional que merece. Que leve consigo as melhores memórias deste percurso e que continue a alcançar tudo aquilo a que se propõe.

Em face do exposto anteriormente vem esta Assembleia Municipal propor um voto de reconhecimento à Dra. Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo o qual deverá ser tornado público e dar-se conhecimento à própria.

Constância, 30 de Abril de 2026

Os eleitos da CDU

Ângela Geilo



ANEXO III

Handwritten signature and initials in the top right corner.

VOTO DE SAUDAÇÃO Aos Antigos Combatentes

Exposição de motivos

No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.

Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

Também no concelho de Constância residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Constância, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço.



Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal de Constância, reunida em sessão plenária de 30 de Abril de 2026:

- 1 – Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;
- 2 – Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;
- 3 – Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;
- 4 – Saúda a Assembleia Municipal de Constância pelas acções desenvolvidas no âmbito de reconhecimento público e valorização da memória dos Antigos Combatentes residentes no concelho.

Assembleia Municipal de Constância, 30 de Abril de 2026

A Bancada do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Constância

PEDRO DOMINGOS
VASCO SOUSA
GABRIELA PEIXINHO

RECOMENDAÇÃO

Programa Municipal de Ocupação Jovem (15–17 anos)

A ocupação estruturada dos tempos livres dos jovens em idade escolar, em particular na faixa etária dos 15 aos 17 anos, assume-se como uma resposta essencial e estratégica para a promoção do sucesso educativo, o reforço da cidadania ativa e o aprofundamento da coesão social no Concelho.

Num Concelho como Constância, com um património cultural, científico e turístico de reconhecido valor, existem condições objetivas e diferenciadoras para colocar esses recursos ao serviço da juventude, transformando-os em espaços vivos de aprendizagem, participação e formação cívica.

Importa igualmente reconhecer que existem já instrumentos de política pública a nível nacional, designadamente através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), que asseguram o financiamento de bolsas para jovens maiores de 18 anos no âmbito do Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL), os quais podem e devem ser articulados com uma estratégia municipal coerente, integrada e contínua, de intervenção na área da juventude.

Contudo, persiste uma insuficiência evidente de respostas estruturadas, regulares e acessíveis dirigidas especificamente aos jovens entre os 15 e os 17 anos, precisamente numa fase determinante do seu desenvolvimento pessoal, social e educativo. Esta lacuna exige uma resposta pública clara, assumida e planeada, que não dependa de iniciativas pontuais, mas sim de uma política municipal consistente, segura e juridicamente enquadrada.

A Bancada da CDU recomenda a implementação de um programa municipal especificamente dirigido à faixa etária dos 15 aos 17 anos, com o objetivo de promover:

- A ocupação saudável e estruturada dos tempos livres;
- O contacto com o património local, cultura e ciência;
- O desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cívicas;
- A valorização do território e o reforço da identidade local.

O programa deverá assumir a natureza de **participação educativa e cívica**, integrando os jovens em atividades como:

- Apoio a iniciativas culturais e educativas;
- Participação em projetos ambientais e de sensibilização;
- Colaboração em atividades de promoção turística;
- Dinamização de espaços municipais e educativos;
- Projetos comunicação e valorização do concelho.

Estas atividades poderão decorrer em articulação com entidades locais, designadamente o Centro Ciência Viva de Constância, o Borboletário Tropical, o Museu dos Rios, a Biblioteca Municipal, a Casa Memória Camões e Jardim Horto e o Turismo Municipal, enquanto parceiros estratégicos na dinamização do território e na valorização dos recursos locais. Neste sentido, considera-se pertinente que o Município promova a formalização de **protocolos de cooperação, designadamente de natureza sazonal ou de verão**, com

estas entidades, de forma a garantir a planificação, estabilidade e qualidade das atividades desenvolvidas no âmbito do programa.

Estes protocolos permitirão estruturar a participação dos jovens, assegurar o enquadramento técnico das atividades e reforçar a articulação institucional, contribuindo para uma resposta mais consistente, organizada e adaptada às dinâmicas próprias da ocupação dos tempos livres.

A participação dos jovens entre os 15 e os 17 anos não configura qualquer vínculo laboral, assumindo-se exclusivamente como uma experiência de natureza educativa, formativa e cívica. As atividades deverão ser desenvolvidas em contexto supervisionado, devidamente enquadrado e adequado à faixa etária em causa, garantindo sempre condições de segurança e acompanhamento.

Neste âmbito, é necessário assegurar a cobertura dos participantes através da contratação de seguro de acidentes pessoais, adequado à natureza das atividades desenvolvidas, garantindo proteção durante todo o período de participação no programa, incluindo atividades realizadas em contexto institucional ou em articulação com entidades parceiras. O Município poderá ainda prever a atribuição de incentivos de caráter simbólico, tais como vouchers culturais, apoios à participação ou outras formas de valorização não remuneratória, bem como a emissão de certificado de participação, reconhecendo o envolvimento dos jovens e valorizando essa experiência no seu percurso académico e pessoal.

A integração dos jovens no programa deverá estar obrigatoriamente condicionada à autorização prévia do encarregado de educação ou titular das responsabilidades parentais, garantindo assim o envolvimento e a responsabilidade das famílias neste processo. Deverá igualmente ser assegurada uma informação clara e transparente sobre as atividades, horários e respetivo enquadramento, bem como garantidas todas as condições de segurança, supervisão adequada e acompanhamento permanente dos participantes.

O Agrupamento de Escolas de Constância deverá ser envolvido como parceiro estratégico na implementação do programa, assumindo um papel relevante na sua divulgação junto dos alunos e encarregados de educação.

Deverá igualmente colaborar na identificação de jovens interessados, na articulação com projetos educativos e atividades escolares já existentes, bem como na promoção de uma participação equilibrada e compatível com o percurso escolar dos alunos.

Sem prejuízo do foco principal nos jovens entre os 15 e os 17 anos, o Município deverá também avaliar a candidatura ao Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) do Instituto Português do Desporto e Juventude para jovens com 18 ou mais anos.

Estes jovens poderão assumir funções de monitores e dinamizadores das atividades, assegurando uma ponte geracional e organizativa dentro do próprio programa. Desta forma, promove-se uma lógica de continuidade, permitindo que os participantes mais novos possam, futuramente, integrar programas com bolsa remunerada.

Este programa deverá afirmar-se como uma política pública local de juventude, com impacto direto na prevenção do abandono e da desmotivação escolar, na promoção da cidadania ativa, na fixação de jovens no território e na valorização dos recursos e da identidade do Concelho.

A Bancada da CDU entende que a criação de um Programa Municipal de Ocupação Jovem dirigido à faixa etária entre os 15–17 anos constitui uma resposta equilibrada, legalmente sustentada e financeiramente responsável, que complementa os instrumentos nacionais existentes e reforça o compromisso do Município com as suas gerações mais jovens.






Recomenda-se

~~Propõe-se~~ ainda que o programa seja implementado em regime piloto no primeiro ano de execução, com avaliação subsequente dos seus resultados, impacto e condições de alargamento, garantindo uma abordagem faseada, rigorosa e ajustada à realidade local.

Constância, 30 abril de 2026

Os eleitos da CDU,



Angela Grilo



Começo por agradecer publicamente em meu nome e, quase de certeza, em nome dos comerciantes e residentes no centro histórico da Vila, o imprescindível papel da CMC na coordenação da Protecção Civil (Bombeiros, Militares, Funcionários do Município) que, prontamente empenharam os seus recursos na salvaguarda de bens e pessoas nas cheias de Fevereiro 2026 e dias seguintes.

Sem esta pronta intervenção, os estragos teriam sido muito maiores.

ESTACIONAMENTO

É conhecido o reduzido número de espaços onde é permitido estacionar.

Mas há uma realidade que devemos encarar: a necessidade da intervenção de empresas externas especializadas em resolver problemas técnicos de residências e de estabelecimentos. Estacionam junto aos locais de intervenção porque todo o material e ferramentas que necessitam estão nas suas carrinhas-algumas verdadeiras oficinas.

No seguimento dos estragos provocados pelas cheias recentes, foi aplicada uma multa de estacionamento a uma dessas empresas que prestava os serviços de reparação de equipamentos. Ficou sem vontade de voltar.

Penso que a Câmara devia encontrar uma solução; por exemplo. Sinalética “em Serviço” amovível.

PLANO DE SALVAGUARDA

Os episódios de cheias que ocorreram entre os dias 5 e 12 de Fevereiro 2026

consciencializaram-nos de quão nocivos são os efeitos das alterações climáticas.

Especialistas e Cientistas preveem com **mais frequência a ocorrência de cheias intensas caracterizadas por subidas rápidas do Tejo e do Zêzere.**

Nesta perspectiva há companhias de seguros que já limitam coberturas de riscos em zonas de cheias.

Verificou-se aliás, no valor de indemnizações pagas que representam 30 a 40% dos valores de substituição dos equipamentos irremediavelmente avariados.

Concretamente a Zona do Pelourinho é ou era limitativa à instalação de equipamentos, por exemplo condensadores.

São equipamentos dificilmente desmontáveis, que requerem o contributo de técnicos com ferramentas apropriadas para serem retirados em caso de cheias. Mas demora tempo, que é precioso para acudir a todos os que carecem de assistência. Quem nos ajudou na mencionada cheia lutou contra o tempo.

Perante esta realidade, eu perguntaria se a Câmara Municipal vai alterar as normas e regulamentos vigentes para a referida Zona de Protecção, para a reinstalação de equipamentos definitivamente avariados.

Constância, 30 Abril 2026

Luís Gonçalves

PRESTAÇÃO DE CONTAS

DECLARAÇÃO DE VOTO

O relatório de prestação de contas da Câmara Municipal é um documento anual obrigatório demonstrativo da gestão financeira, orçamental e patrimonial do município que reflecte a actividade municipal do ano anterior.

Quanto a questões técnicas de elaboração do documento em causa a bancada da CDU não pode deixar de valorizar a competência e empenho dos técnicos envolvidos, não podendo, contudo, omitir a falta de capacidade do actual Executivo na implementação de políticas que levem a uma dinâmica económica concelhia de forma a reduzir a dependência das transferências financeiras do Orçamento de Estado.

É tempo de passar do discurso redutor de que “somos um concelho pequenino e com poucos recursos” para um discurso afirmativo de que “trabalhamos e somos capaz de criar condições de desenvolvimento de forma a aumentar os recursos próprios”.

Quando o eixo do Planeamento Urbanístico e Reabilitação Urbana (eixo 3), 601 626,16€, destinado a obras de habitação a custos acessíveis, requalificação de espaços públicos e intervenções de mobilidade tem um investimento inferior ao eixo Projectar Constância como destino cultural e Turístico (eixo 4), 625 793,24€, demonstra a opção tomada a favor das Festas e da Imagem em detrimento do investimento reprodutivo.

Como não houve investimento não vimos reflectido nas contas investimentos em áreas tão sensíveis como a requalificação da ETAR de Montalvo, que há muito deixou de funcionar descarregando os efluentes no Tejo sem qualquer tratamento, ou todo o sistema de condução de esgotos à ETAR da Caima que precisa de conservação permanente pondo em causa a sua funcionalidade.

O aumento da actividade cultural ainda não conseguiu no ano de 2025 dotar o Cine Teatro de condições de projecção e som dignas de uma verdadeira sala de espectáculos.

Nunca o município teve tanto dinheiro como actualmente.

O aumento da receita arrecadada no valor de 1.750.000€ não foram suficientes para uma melhor resposta aos munícipes que vêem um simples ramal de esgoto a levar meses, e até mais de um ano a ser executado, ou uma simples certidão a ser passada pelos serviços camarários igualmente a obrigar o requerente a esperar meses.

Contrariamente a nomeações políticas de duvidosa mais valia e com gastos elevados, o quadro de pessoal continua desajustado às necessidades de resposta aos munícipes e não se vê ~~verdadeira capacidade~~ de inverter a situação.

Dinâmica 6429

AG
nh
H
D
H

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O encerramento dos serviços de obras durante duas semanas, o serviço de águas e esgotos, a equipa de sapadores florestais que foi ficando reduzida pondo em causa compromissos com o ICNF são apenas três exemplos do que falamos.

O parque de máquinas e viaturas e outros equipamentos necessários à actividade diária estão cada vez mais obsoletos e os existentes pouco rentabilizados por falta de pessoal.

O Relatório de Prestação de Contas tem que obrigatoriamente deixar contas certas e de acordo com as exigências do Tribunal de Contas, è por essa razão que as revisões efectuadas do orçamento inicial de 13. 435. 640€ passamos para 11. 994.261.16€ Incluindo já 684.233.87€ do saldo da gerência anterior.

Se juntarmos ao que foi dito o facto da execução orçamental global ficar pelos 73,90% verifica-se a dificuldade do actual Executivo em gerir os meios à sua disposição que tantas vezes afirma como “parcos”.

Pelas razões invocadas o voto da CDU é de abstenção

Os eleitos

Handwritten signature in red ink.
Handwritten signature in blue ink.
Ângela Geilo

Constância, 30 de Abril de 2025



[Handwritten signature]

Ponto 2 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de prestação de contas e de inventário relativos ao exercício de 2025 - Para deliberação

Conforme avaliação dos documentos de prestação de contas de 2025 do Município de Constância, e adotando uma perspetiva de análise crítica e rigorosa da gestão, foram identificadas as seguintes áreas de preocupação e potenciais incongruências, tais como:

1. Dependência Extrema de Fundos Externos

O relatório admite que o Município tem "parcos recursos financeiros", dependendo em cerca de 70% de transferências do Orçamento do Estado e de fundos comunitários. Esta dependência coloca em causa a sustentabilidade e a autonomia da gestão local, deixando o concelho vulnerável a decisões externas e à volatilidade económica.

2. Gastos Desproporcionais com Pessoal

A estrutura de custos revela que os gastos com recursos humanos representam mais de 40% da despesa corrente. Adicionalmente, o relatório justifica o aumento das horas extraordinárias com a oferta cultural e desportiva. Num município com recursos limitados, este peso da máquina administrativa e o recurso a trabalho suplementar para eventos deve ser questionado quanto à sua eficiência e necessidade real.

3. Falhas no Planeamento e Investimento

O relatório aponta "alterações ora mais profundas, ora mais ligeiras" na planificação inicial. Exemplos claros desta falta de rigor no planeamento incluem:

- Concursos públicos desertos para habitação a custos acessíveis.
- Atrasos sucessivos do empreiteiro na obra da Loja do Cidadão.
- Necessidade de ajustamentos constantes nos projetos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

4. Ilusão de Resultado Positivo

Embora o Município apresente um resultado líquido positivo em 2025, o próprio Presidente da Câmara afirma que, devido à estrutura de custos fixos e ao património, este resultado será "previsivelmente uma exceção". Isto sugere que o equilíbrio financeiro atual não é estrutural, mas sim conjuntural, mascarando uma fragilidade financeira latente, juntando a isto o peso e o aumento do Passivo em 466.980,97€ (pág. 59 de 781 da Prestação de Contas 2025).

Prefeito 1.268.234,60€

5. Custos de Representação e Eventos

O relatório destaca uma vasta lista de eventos (festivais, feiras, congressos e exposições). É necessário avaliar o custo-benefício destas iniciativas para o contribuinte, especialmente quando o executivo admite ter poucos recursos e recorre a horas extraordinárias para as assegurar.

Pelas razões apresentadas, a Bancada do partido CHEGA, opta pela **ABSTENÇÃO**



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ponto 6 - Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada - Pedido de Apoio para Remodelação das Coberturas das Casas de banho da Aldeia, Portela, Malpique e Vale de Mestre- Para Deliberação

Conforme análise do pedido e orçamento entregue e sabendo-se que a preservação do património público deve de ser mantido, ainda assim detetamos alguns pontos a esclarecer e merecem ser transparentes:

1. Consulta Comparativa

- O email enviado pelo Gabinete de Apoio à Presidência a 24 de março solicita orçamentos "com caráter de urgência" a duas Juntas de Freguesia (Santa Margarida e Montalvo).
- O processo (2023/850.10.003/10) apresenta apenas um orçamento de um único fornecedor local para as quatro intervenções, apesar de estar de acordo com a legislação, pois, para garantir que haja transparência financeira, seria recomendável a existência de mais do que um orçamento.

2. Cronologia Documental

- A proposta da Câmara Municipal de Constância menciona que a intenção de remodelar surge devido ao estado degradado das coberturas.
- Ainda assim, o pedido de orçamento "urgente" por parte da Câmara às Juntas (24 de março) precede a data do orçamento apresentado pelo fornecedor (27 de março) e o envio formal pela Junta (30 de março). Este fluxo sugere uma decisão de apoio financeiro já pré-estabelecida antes da análise técnica de custos, em que não existem mais orçamentos. Isto significa que o orçamento estará prestes a caducar (ou caducará) antes que a Assembleia Municipal possa deliberar, o que pode obrigar a uma revisão de preços por parte do empreiteiro e nova proposta.

A apresentação destes motivos que fiquem registados, mesmo a **FAVOR** da proposta.

Constância, 30 de abril de 2026.

Bancada do Partido CHEGA.

Pedro Domingos

Vasco Sousa

Gabriela Peixinho

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Declaração de Voto – ponto 6

A Bancada da CDU vota favoravelmente a proposta de atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, reconhecendo a importância da intervenção prevista e o interesse público na melhoria das condições das infraestruturas ao serviço da população.

Contudo, este sentido de voto é acompanhado de reservas quanto ao enquadramento do procedimento, à luz do Código dos Contratos Públicos (CCP), ou seja, não é por si só suficiente “dar dinheiro à Freguesia” para a realização de uma obra pública. É necessário garantir que a despesa pública está devidamente enquadrada do ponto de vista legal, que não existe qualquer desvio às regras do CCP (assegurando os princípios da transparência e da concorrência), e que o modelo adotado não permite evitar indevidamente a realização de procedimentos concursais quando estes são legalmente exigíveis.

Desde logo, tratando-se de um apoio financeiro destinado à realização de uma obra concreta, integralmente financiada por dinheiros públicos e previamente definida quanto ao seu objeto, entende-se que devem ser salvaguardados os princípios fundamentais da contratação pública, consagrados no artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, designadamente os princípios da concorrência, da transparência, da igualdade e da boa gestão financeira.

Neste caso, não é claro no processo:

- O cumprimento de qualquer procedimento pré-contratual adequado, nos termos dos artigos 16.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos;
- A validação do valor apresentado através de consulta ao mercado, em linha com as exigências de fundamentação da escolha da Entidade e do do preço contratual;
- Deve igualmente ser indicado se a intervenção se enquadra em delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013, bem como quem autoriza a despesa e qual o documento que formaliza essa decisão.

A ausência destes elementos levanta dúvidas quanto à plena conformidade do procedimento com o quadro legal aplicável. Importa ainda sublinhar que a despesa pública se encontra sujeita ao escrutínio do Tribunal de Contas, enquanto entidade de controlo externo da legalidade e regularidade financeira, sendo essencial garantir o integral cumprimento das normas aplicáveis à contratação pública.

Assim, a CDU, reafirmando o seu compromisso com a defesa dos interesses das populações, entende que estes processos devem ser conduzidos com maior rigor e transparência, assegurando o integral cumprimento da lei.

Constância, 30 de abril de 2026
Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária

Micha

Ángela Seib

[Assinatura]